

DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA
EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 97386 de 25/03/2013
Edição Eletrônica nº 19541



Código de Verificação

Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e Entidades Financeiras

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, com parecer do Conselho de Administração, relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal destacando os fatos relevantes do período.

Mensagem da Administração

Os resultados apurados no ano de 2012 marcam a retomada, ainda que tímida, sendo considerado um período de avanços nas vendas, sobretudo nos negócios e na excelência operacional. O crescimento da atividade econômica no Brasil reforça o sentimento de melhora gradual no ritmo de investimentos.

No cenário internacional, as incertezas permanecem, e, sob uma configuração aparentemente menos agressiva, compõe um ambiente de longa e difícil recuperação.

O crescimento tem se mostrado bastante desafiador por uma série de fatores, tanto de mercado quanto operacional, que levaram a uma produtividade abaixo do esperado em termos de vendas e resultados no último trimestre.

Entretanto, as ações tomadas na forte busca de viabilidade dos negócios, através da rentabilidade, adequando os custos e praticando preços ditados pelo mercado nos segmentos de atuação, foi o tema principal. Atentos às tendências, traçamos a estratégia de atuação, assegurando a continuidade e o crescimento dos negócios e aos requisitos da legislação ambiental e da segurança trabalhista e tributária.

A inovação e melhorias de processos são fatores fundamentais para a geração de resultados e foi imperativo em busca de maior competitividade, através do incremento da produtividade, redução de custos e excelência no atendimento dos nossos clientes. Para tanto, estruturamos um setor com dedicação exclusiva à inovação. As metodologias Kaizen e Seis Sigma já estão consolidadas na gestão da Companhia, permitindo significativos ganhos de produtividade e redução de custos.

Tudo isto é fruto de um time sinérgico, treinado e qualificado. Sob este prisma, cumprimos rigorosamente o plano de treinamento, bem como promovemos a participação de muitos colaboradores em eventos relevantes no Brasil e no Exterior.

A valorização cambial representa um impulsionador para os exportadores. O Brasil tem adotado uma política de controle cambial mantendo a relação Real/Dólar. Este patamar mais desvalorizado é resultado principalmente da própria crise internacional e das medidas adotadas pelo governo a fim de aumentar a competitividade de nossos produtos exportados e melhorar o resultado da balança comercial.

Para 2013, temos a expectativa de ser um ano promissor e com crescimento em relação a 2012. Setores de nossa atuação sinalizam uma recuperação, mesmo que moderada e gradativa. O setor de energia deverá retomar novos investimentos para poder atender as novas demandas. O Pré-sal está se tornando realidade, evidenciando uma fase de investimentos e a retomada da indústria naval.

Na infra-estrutura não há como parar, pois, o custo da mobilidade nos tira a competitividade e é preciso investir. Uma leve desvalorização do real já melhora a nossa competitividade, permitindo com isto maior participação no mercado externo, mesmo com a crise na Europa, mas apostando no crescimento dos Estados Unidos. Acreditamos no crescimento da participação no mercado externo por termos nos posicionado estrategicamente juntos aos mercados escolhidos, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa.

Houve uma recuperação de demanda e preços de commodity sem 2012, permitindo a continuidade do crescimento nos setores de petróleo e gás, agrícola e mineração.

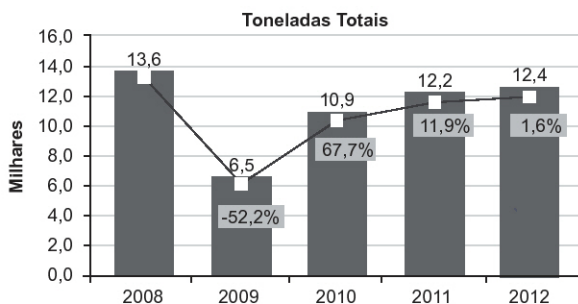
O plano está traçado e o monitoramento das tendências será uma constante, visto que podemos sofrer influências de agentes alheios aos nossos controles e a nossa vontade e sermos obrigados aplicar contingências. Seguiremos adequando a Companhia dentro do que foi traçado no Planejamento Estratégico.

Desempenho Geral Consolidado em 2012

1 - Operacional

a) Produção / Mercados

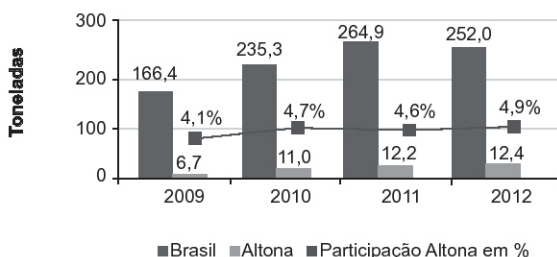
Os esforços despendidos refletiram-se no aumento da produção, que continuou crescendo num percentual de 1,6% em relação ao ano anterior. Estamos confiantes, visto que há perspectiva de crescimento para 2013 em torno de 5% em relação ao ano de 2012.



Acompanhamos a movimentação em relação à produção brasileira de aço fundido no ano de 2012, que apresentou um decréscimo em relação a 2011.

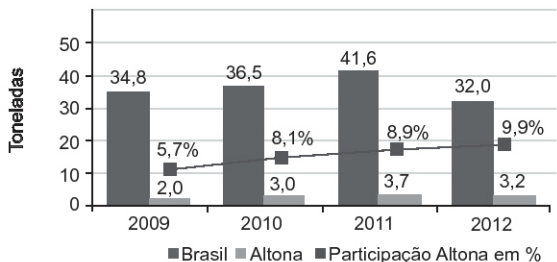
A produção de fundidos de aço no Brasil, conforme dados da ABIFA (Associação Brasileira de Fundição), teve um decréscimo de 12,9 mil toneladas ou 4,8%. O posicionamento da Companhia no mercado nacional vem crescendo; em 2012 a participação foi de 4,9%, com um crescimento de 1,8% em relação a 2011.

Produção Brasileira de Aço X Produção Altona - (Ano)



As exportações brasileiras, de acordo com a mesma fonte, reduziram em 23,1% de um ano para o outro; para a Companhia a redução foi de 14,1%. Com relação à participação total brasileira, a Companhia ficou em 9,9%.

Exportação Brasileira de Aço X Exportação Altona - (Ano)



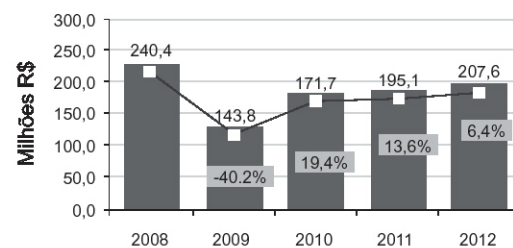
b) Receitas

A Receita Bruta cresceu R\$ 12,5 milhões e 6,4% em comparação ao ano de 2011. O lucro líquido alcançou R\$ 7,7 milhões no exercício, apresentando um decréscimo de 11,4% em relação ao de 2011.

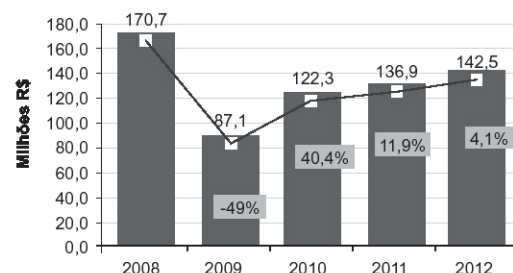
A receita no mercado interno apresentou um incremento de R\$ 5,6 milhões ou 4,1%. O crescimento em toneladas foi de 7,6% em comparação a 2011.

No segundo semestre, o câmbio favoreceu sensivelmente a performance da receita no mercado externo, o efeito significativo se deu na participação em toneladas na ordem de 25,0% do total em 2012, equivalentes a R\$ 6,9 milhões ou 11,9% em relação a 2011.

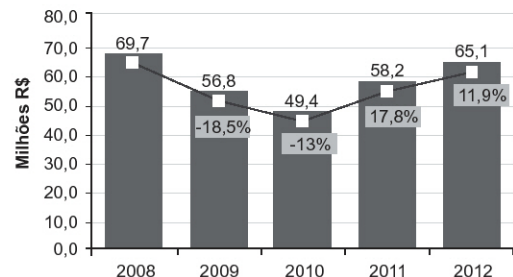
Evolução da Receita Bruta Total



Evolução da Receita Bruta Mercado Interno



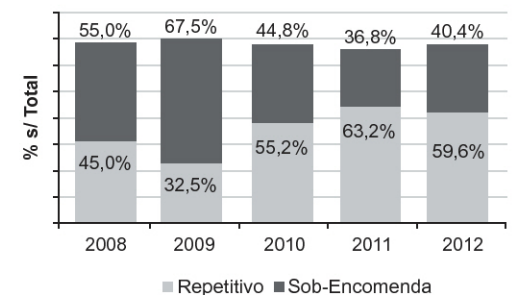
Evolução da Receita Bruta Mercado Externo



Produtos de alta complexidade com maior valor agregado caracterizados como sob-encomenda, aumentaram a participação, saindo de 36,8% em 2011 para 40,4% em 2012.

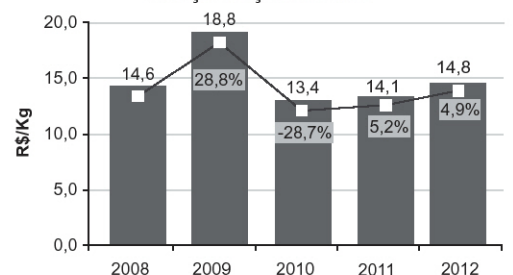
A elevação de 3,6 pontos percentuais deve-se a fatores positivos no mercado interno, principalmente o setor de energia e off-shore.

Evolução Repetitivo x Sob-Encomenda



A relação da participação de produtos classificados como sob-encomenda influenciaram positivamente o aumento do preço médio de venda. O aumento de 4,9%, embora modesto, permitiu cobrir os efeitos da inflação.

Evolução Preço Médio ROL

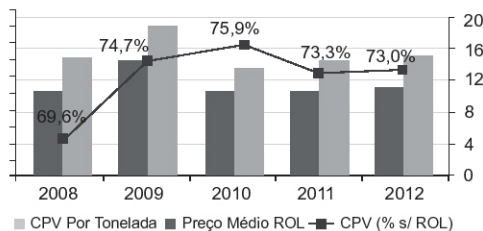


c) Custos: Adequações e Capacitação

Os custos por tonelada se mantiveram em níveis estáveis, com tendência de queda, saindo de 73,3% em 2011 para 73,0% em 2012. As metodologias *Seis-Sigma* e *Lean Manufacturing* estão presentes nas atividades operacionais, sendo importantes instrumentos para redução do CPV – Custo dos Produtos Vendidos.

O intenso trabalho empreendido pela Companhia na elaboração e execução de planos de ação, alinhados com o planejamento estratégico e monitorados pelo orçamento empresarial, resultou no aumento da rentabilidade.

CPV E PREÇO MÉDIO UNITÁRIO



Inovação e melhorias nos processos foram os principais fatores de crescimento e determinantes na manutenção da competitividade.

Os programas voltados ao plano de sustentação, como: segurança do trabalho, redução de custos, inovação e tecnologia, desenvolvimento de pessoas e meio ambiente, são diferentes formas de melhoria da continuidade da gestão que estão implementadas, permitindo assim nosso crescimento.

A manutenção das certificações já consolidadas como ISO 9001:2008 (BVC), ISO/TS 16949:2002, SA 8000 (*Social Accountability* 8000) é constante e continuam em andamento os procedimentos para a obtenção das certificações OHSAS 18001 e ISO 14001.

d) Recursos Humanos

A importância do fortalecimento da relação empresa-colaborador foi fundamental. Ciente da evolução da competitividade mundial, a Companhia aprimorou ações ou programas voltados para assegurar, reduções de custos, inovação, desenvolvimento de pessoas e meio ambiente.

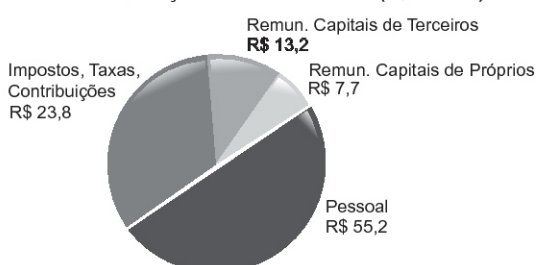
Constantemente estamos capacitando a área de engenharia de processos e de aplicação com o intuito de implantarmos processos mais eficazes para beneficiar nossos clientes, tornando-nos mais competitivos e melhorar a rentabilidade. Estes dispêndios são essenciais nos processos preliminares dos projetos de fundição e possibilitam ganhos relevantes de qualidade e redução de custos.

Com relação à remuneração variável, houve um crescimento de mais de 17,0% nos valores distribuídos através do PPR (Programa de Participação nos Resultados). Fizemos investimentos sociais expressivos em 2012 – remuneração fixa, assistência médica e odontológica, plano de saúde, alimentação, transporte, formação, segurança, programa de estágio etc. – que representaram um dispêndio de R\$ 55,2 milhões. No item segurança, mantivemos todos os investimentos e programas que visam zerar os acidentes de trabalho.

e) Valor Adicionado

Em 2012, nosso valor adicionado gerou uma riqueza líquida na ordem de R\$ 99,9 milhões, distribuídos em seus diversos elementos e contribuições, conforme demonstra o gráfico, de forma sintetizada.

Distribuição do Valor Adicionado (R\$ Milhões)

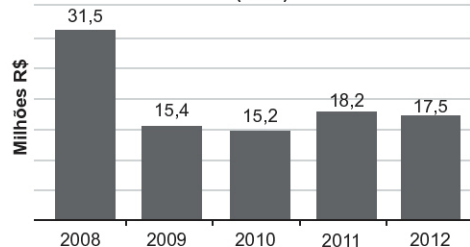


f) Resultados

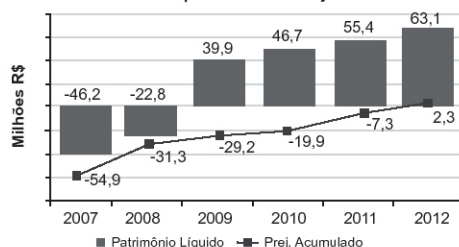
Nosso resultado operacional antes das receitas e despesas financeiras foi positivo na ordem de 9,5% sobre a ROL. A capacidade de geração de caixa operacional da companhia, demonstrada pelo EBIT foi de R\$ 17,5 milhões, apresentando um índice de cobertura de 3,2 vezes o nosso resultado financeiro líquido do período. O fornecimento de novos produtos de alto valor agregado, principalmente para mercados emergentes e também para os mercados mais exigentes com os da Europa e dos Estados Unidos, contribuíram para aumento da margem de contribuição e da produtividade.

Estes esforços despendidos resultaram no acréscimo de nosso Patrimônio Líquido acumulando, Lucros e objetivando a remuneração do capital investido de nossos acionistas.

Resultados Antes Efeitos Financeiros (EBIT)



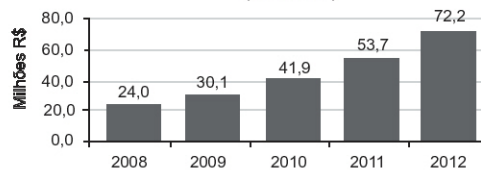
Patrimônio Líquido x Lucros/Prejuízos



2 – Investimentos

As aquisições em máquinas, equipamentos e ampliações para expansão da capacidade de produção, alavancam a produtividade, estes investimentos totalizaram R\$ 18,5 milhões em 2012, representando 10,1% da ROL.

Evolução dos Investimentos (Acumulado)



Os investimentos de maior relevância foram: i) instalação de um moderno forno de indução de 4 toneladas, que permitirá uma maior produtividade e redução no custo de materiais diretos de produção, objetivando uma produção mais limpa, indo ao encontro da política ambiental; ii) aquisição e instalação de três centros de usinagem que estão operando em regime pleno; iii) um equipamento denominado manipulador de rebarbação de peças, que está proporcionando grandes ganhos de produção e produtividade; iv) e uma máquina para o setor da moldagem denominado sopradora de macho, que quando finalizada a sua instalação, aumentará a capacidade, produtividade e qualidade.

Ocorreram ainda outros investimentos de menor vulto, porém não menos importantes, todos direcionados ao melhor atendimento de nossos clientes.

Os investimentos voltados ao meio ambiente são constantes. Finalizamos a instalação do sistema de tratamento de água próprio chamado de ETA-Altona, e consolidamos a eficácia da instalação do sistema de exaustão da fundição.

É premissa do nosso planejamento estratégico priorizar os investimentos sem comprometer nossa capacidade de pagamento.

3 - Mercado de Capitais

Em 31 de dezembro de 2012, as ações em circulação representavam 38% do total de ações da Companhia, ou 855.000 de um total de 2.250.000 ações. O percentual, que não faz parte do freefloat, corresponde às participações dos administradores da Companhia, incluindo as pessoas vinculadas e empresas controladas por estes (62%).



Fonte: <http://economia.terra.com.br/empresas/detalle.aspx?idtel=RV030EALT4>

As ações da Companhia, sob a nomenclatura na BM&FBovespa de EALT4, movimentaram financeiramente, em média, no ano de 2012, R\$ 99 mil/dia. Em 2011 esta movimentação foi de R\$ 25 mil/dia.

4 - Relacionamento com os Auditores Independentes

As políticas da Companhia no que tange à contratação de serviços junto aos seus auditores independentes, não relacionados a serviços de auditoria externa, asseguram que não haja conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. Ademais, todos os serviços contratados não vinculados à prestação de auditoria externa têm acompanhamento por parte da Administração da Companhia.

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da CVM, informamos que:

Em 2012, a Companhia pagou honorários à empresa Ernst & Young Terco no montante de R\$ 147 mil, os quais abrangem os serviços legais obrigatórios de auditoria externa que compreenderam a revisão das informações trimestrais (ITRs) dos períodos encerrados em março, junho e setembro de 2012 e da auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

5 - Perspectivas

Avaliamos que o cenário prospectivo para 2013 é de baixo crescimento da atividade global, haja vista a crise européia, a desaceleração do comércio mundial e as tensões geopolíticas no Oriente Médio. Há uma percepção mais positiva em relação à atividade nos Estados Unidos, mas persistem riscos em relação à recente alta dos preços do petróleo e a perspectiva de contenção fiscal.

No mercado interno, o Banco Central do Brasil tem como cenário central um ritmo moderado de crescimento da atividade econômica, com tendência para aceleração ao longo do ano de 2013, consideradas as incertezas que ocorreram no último trimestre de 2012.

Para 2013, continuaremos na trajetória implementada em nosso plano estratégico, com foco nos mercados em que atuamos buscando crescimento sustentável e rentável em cada segmento e categoria de produtos, objetivando o retorno sobre o capital investido e na geração de valor no longo prazo.

O desafio será iminente, estamos confiantes e avançaremos com os objetivos traçados dentro do planejamento estratégico que trarão resultados na medida da sua implantação efetiva.

Seguimos nos focos do crescimento sustentável, da rentabilidade e disciplina financeira na administração dos negócios a curto e longo prazo, sempre atentos ao crescimento e ao desenvolvimento econômico dos países emergentes como Brasil, Índia e China e aos sinais de retomada do crescimento em regiões desenvolvidas do hemisfério norte, especialmente Estados Unidos e Europa, posicionando a companhia para aproveitar esta retomada principalmente nos segmentos asso-

ciados com infra-estrutura, energia, petróleo e gás, mineração e todas as atividades correlatas. Com o atual cenário marcado por transformações tecnológicas em prazos cada vez menores, a busca pela eficiência, por certificações de qualidade, por normas ambientais mais rígidas e prazos de entrega reduzidos, tornam-se fatores fundamentais para crescimento sustentável. Com o desenvolvimento de novos produtos, abrem-se novos mercados, o que faz com que a Companhia vislumbre novas oportunidades. Para tanto, a área comercial estabeleceu planos direcionados, requerendo de nossos profissionais das áreas de engenharia, manufatura e especialmente toda a fábrica, competência e excelência na execução dos processos.

As medidas adotadas pelo governo focadas no estímulo à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo, objetivam redução dos custos dos produtos industriais de exportação, mas as melhorias em logística provavelmente não serão sentidas a tempo de influenciar o resultado a curto/médio prazo.

É nosso dever ressaltar, porém, os efeitos diretos e indiretos de condições adversas tais como as variações da taxa do câmbio, as reestruturações tributárias, os planos de governo, bem como as deficiências da infra-estrutura de estradas, portos e aeroportos, que retardam o desenvolvimento e o crescimento do País.

Apesar de um cenário cheio de incertezas, e considerando que a preocupação acima mencionada envolva grande complexidade para serem minimizadas, a visão de futuro promissor permanece como fonte de inspiração para os que trabalham em prol da Companhia, certos de que a continuidade da expansão do novo e moderno parque fabril nos tornará mais competitivo e será elemento indispensável para o sucesso e futuro da Electro Aço Altona S/A.

A Administração

Balancos Patrimoniais			
31 de dezembro 2012 e 2011 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.714	12.942
Contas a receber	5	35.612	28.842
Estoques	6	24.298	20.736
Impostos a recuperar	7	9.635	7.005
Outras contas a receber		3.348	2.512
Despesas antecipadas		267	161
Total do ativo circulante		80.874	72.198
Não circulante			
Ativo atuarial relativo ao plano benefício pós emprego (assistência médica)	11.c	1.091	1.420
Depósitos judiciais	11.b	671	261
Impostos a recuperar	7	2.377	2.432
Outras contas a receber		598	-
Imobilizado	8	167.964	161.175
Intangível	9	615	523
Total do ativo não circulante		173.316	165.811
Total do ativo		254.190	238.009
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos e empréstimos	10	30.392	26.318
Fornecedores		5.814	7.985
Programa de recuperação fiscal – REFIS	16	2.279	2.298
Impostos e contribuições	14	1.325	1.752
Incentivo fiscal - PRODEC	15	170	2.878
Arrendamento mercantil – leasing	13	276	727
Adiantamentos de clientes		2.617	2.260
Provisão para férias e encargos		5.196	4.667
Outras contas a pagar		2.581	2.283
Total do passivo circulante		50.650	51.168
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	10	16.712	9.904
Programa de recuperação fiscal – REFIS	16	99.443	98.554
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.a	21.233	20.753
Impostos e contribuições	14	110	243
Arrendamento mercantil – leasing	13	-	270
Incentivo fiscal – PRODEC	15	681	544
Provisão para contingências	11.a	1.054	738
Plano de benefício pós-emprego assistência médica)	11.c	864	395
Outras contas a pagar		299	-
Total do passivo não circulante		140.396	131.401
Patrimônio líquido			
Capital social	12	8.594	8.594
Reserva legal		116	-
Ajuste de avaliação patrimonial		52.238	54.133
Reservas de lucros		2.196	-
Prejuízos acumulados		-	(7.287)
Total do patrimônio líquido		63.144	55.440
Total do passivo e patrimônio líquido		254.190	238.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional líquida	23	183.783	172.191
Custo dos produtos vendidos	24	(134.236)	(126.226)
		49.547	45.965
Lucro bruto			
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	24	(11.466)	(11.143)
Despesas gerais e administrativas	24	(18.379)	(15.982)
Outras despesas operacionais	21	(2.198)	(690)
Despesas operacionais líquidas		(32.043)	(27.815)
Resultado antes das receitas e (despesas) financeiras		17.504	18.150
Despesas financeiras	22	(8.683)	(9.589)
Receitas financeiras	22	3.096	3.953
Resultado financeiro líquido		(5.587)	(5.636)
Lucro antes dos tributos sobre lucro		11.917	12.514
Imposto de renda e contribuição social	18.b	(3.956)	(3.816)
Lucro líquido antes das participações		7.961	8.698
Participação dos administradores	12	(257)	-
Lucro líquido do exercício		7.704	8.698
Lucro por ação, básico e diluído – em Reais (R\$)		3,42	3,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do período		7.704	8.698
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente		7.704	8.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Total
		Capital Social	Reserva legal	Lucros a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2010		8.594	-	-	(17.555)	55.703	46.742
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	1.570	(1.570)	-
Lucro líquido do exercício	12	-	-	-	8.698	-	8.698
Saldos em 31 de dezembro de 2011	12	8.594	-	-	(7.287)	54.133	55.440
Lucro líquido do exercício	12	-	-	-	7.704	-	7.961
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	12	-	-	-	1.895	(1.895)	-
Reserva legal	12	-	116	-	(116)	-	-
Dividendos a serem propostos	12	-	-	2.196	(2.196)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	12	8.594	116	2.196	-	52.238	63.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes dos impostos	11.917	12.514
Imposto de renda e contribuição social	(3.956)	(3.816)
Participações	(257)	-
Lucro líquido do período	7.704	8.698
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades Geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	9.398	8.532
Baixas Depreciação e amortização	(889)	-
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos	2.850	3.499
Resultado na venda de imobilizado e de investimento	287	-
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS		
(Aumento) Diminuição dos ativos		

Demonstrações dos fluxos de caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)		
Contas a receber de clientes	(6.807)	(6.976)
Estoques	(3.562)	(495)
Adiantamentos diversos	(153)	1.197
Outros ativos	(1.961)	(3.156)
Aumento (diminuição) dos passivos		
Fornecedores	(2.172)	(32)
Obrigações fiscais	(2.969)	(1.002)
Obrigações sociais e trabalhistas	(71)	268
Outros passivos	687	(1.323)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.342	9.210
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições ao imobilizado e intangível	(18.474)	(11.782)
Baixas ao imobilizado e intangível	3.085	255
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(15.389)	(11.527)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captações (pagamento) de empréstimos e financiamentos	7.819	(947)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS (APLICADAS) GERADAS PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	7.819	(947)
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.228)	(3.264)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	12.942	16.206
No fim do período	7.714	12.942
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.228)	(3.264)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado		
Período findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)		
	31/12/2012	31/12/2011
Receitas	202.746	188.323
Vendas de mercadorias produtos e serviços	200.341	187.168
Receitas operacionais	2.405	1.155
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui impostos)	97.344	90.591
Custos dos produtos, das mercadorias e serviços vendidos, materiais, energia, serviços de terceiros e despesas operacionais	(97.344)	(90.591)
Valor adicionado bruto	105.402	97.731
Retenções	8.509	8.532
Depreciações e amortizações	8.509	8.532
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	96.893	89.200
Receitas financeiras	3.096	3.953
Valor adicionado total a distribuir	99.989	93.153
Distribuição do valor adicionado		
Empregados	54.938	47.217
Remuneração direta	39.794	35.101
Benefícios	11.253	8.527
FGTS	3.891	3.589
Administradores	257	-
Participação	257	-
Tributos	23.833	25.459
Federais	21.721	23.435
Estaduais	1.862	1.857
Municipais	250	167
Remuneração de capital de terceiros	13.257	11.779
Juros e Variações Cambiais	13.257	11.779
Lucros	7.704	8.698
Lucros do Exercício	7.704	8.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

A ELECTRO AÇO ALTONA S/A é uma Companhia aberta com sede em Blumenau – SC, Brasil, e tem como atividade principal e objeto social a: produção, industrialização nos setores de fundição e usinagem, e fornecimento de peças fundidas em aços carbono, ligadas (baixa, média e alta liga) e ferros ligados para aplicações especiais.

A Visão, Missão e Valores, fazem parte do cotidiano da gestão. Inovando e investindo no conhecimento e na tecnologia, a Companhia é reconhecida como uma das melhores do mundo no setor de fundição e usinagem por sua qualidade de processos e respeito ao colaborador - foi a primeira fundição de aço no mundo a receber a certificação internacional SA 8000, além de conquistar o ISO 9001:2008 e outros certificados.

Trabalhando em dois núcleos de peças fornecidas que são tituladas como “repetitivas”, quan-

do são feitas em série, constituindo produtos ou partes e peças e até conjuntos de peças para as empresas montadoras de equipamentos autopropulsores, ou “sob encomenda”, quando são feitas sob medida para o cliente de forma não-seriada, sejam isoladas ou como partes de subconjuntos, constituintes de equipamentos completos. Independentemente de serem “repetitivas” ou “sob encomenda”, todas as peças são produzidas de acordo com especificações, projetos e normas técnicas de uso internacional, de clientes dos mercados nacional e internacional.

A Companhia assume há anos o compromisso de transformar o aço em aplicações que contribuem para o desenvolvimento global, tendo como visão, “Ser excelência no mercado mundial de fundidos em aço”.

2. Políticas contábeis

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2013.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras foram elaboradas levando em consideração diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a estimativa de perdas com clientes e nos estoques; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valor Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (“IASB”)*.

2.1 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.2 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços

A receita de serviços é reconhecida com base na prestação efetuada. Quando os serviços não puderem ser medidos de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, se aplicável.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço, estão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensá-los contra o passivo fiscal e os impostos diferidos relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social - PIS: 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%
- Imposto sobre a Circularização de Mercadorias e Prestação de serviços – ICMS: 7% a 18%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: 2% a 5%
- Imposto sobre Produtos Industrializados – 8% a 15%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2.4 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

Os ativos financeiros da companhia são classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(i) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação é revogada, cancelada ou expirar.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. A abertura das principais contas dessa rubrica está demonstrada na nota explicativa 05.

2.6. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo de aquisição ou produção, ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- (i) Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio e, (ii) Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. A abertura das principais contas dessa rubrica está demonstrada na nota explicativa 06.

2.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. No encerramento do exercício a Companhia avaliou o impacto da aplicação do conceito de ajuste a valor presente em suas contas a receber e a pagar e identificou que os ajustes, se procedidos, seriam insignificantes, portanto, optou por não demonstrar o impacto do ajuste a valor presente em seu balanço.

2.8. Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento são satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for

feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a companhia procedeu a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

2.9. Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.10. Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.11. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. A vida útil de ativo intangível da Companhia é avaliada como definida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.13. Partes relacionadas

As transações de compras e vendas de insumos e produtos, quando efetuadas, são pratica-

das em condições e prazos de mercado, conforme divulgado na nota 17.

2.14. Plano de benefício pós-emprego (assistência médica)

A Companhia patrocina plano pós-emprego do tipo benefício assistência médica a funcionários em nível executivo. Esses benefícios são financiados em regime de caixa. O custeio dos benefícios concedidos pelo plano de benefício definido é estabelecido utilizando o método previsto na Deliberação CVM 600 de 2009.

Os compromissos atuariais com o plano são provisionados, conforme procedimentos previstos pelo CPC 33, com base em cálculos atuariais, elaborados anualmente por atuários independentes. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuições dos empregados (Nota 11.c). No plano de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou, de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro. A parcela dos ganhos ou perdas atuariais reconhecida no resultado da Companhia corresponde ao excesso que não se enquadrar no “corredor” dividido pelo tempo médio de trabalho restante dos empregados que participam do plano. O corredor corresponde ao que for maior dentre:

- (1) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- (2) 10% do valor justo dos ativos do plano.

A Companhia reconhece os ganhos/perdas atuariais no próprio exercício em que foi realizado o cálculo atuarial, conforme permitido pela Deliberação CVM n.º 600/2009.

As contribuições devidas pela Companhia aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações da Companhia em relação aos associados aposentados são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (Nota 11.c) refere-se ao valor justo dos ativos do plano e sua realização ocorrerá até o final do plano.

2.15. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.16. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para litígios e demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, gerados no curso normal de suas atividades. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17. Novos pronunciamentos contábeis

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2012.

A Administração da Companhia avaliou estes novos normativos e em seu entendimento e avaliação a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações não têm impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo estes novos procedimentos e interpretações:

- **IFRS 7 Instrumentos financeiros:** Enfatiza a necessidade de elementos quantitativos e qualitativos nas divulgações de riscos financeiros.

Adicionalmente, alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e ainda não haviam entrado em vigor na data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando entrarem em vigor:

- **IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes** - As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de hedge de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de hedge de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). As revisões afetam somente a apresentação e não há impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013, e serão aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia quando se tornarem efetivas.
- **IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IAS 32** - Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
- **IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros** – Revisões da IFRS 7 - Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013.
- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros** - Classificação e mensuração a norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013, contudo, a norma Alterações à IFRS9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.
- **IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas** - A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 Consolidação - Entidades de Propósito Específico. O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam na IAS 27. Com base nas análises preliminares realizadas, não há expectativa de que a IFRS 10 tenha impacto sobre os investimentos atualmente mantidos pela Companhia. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013.
- **IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades** - A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também são necessárias, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
- **IFRS 13 Mensuração do Valor Justo** - A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A avaliação preliminar da Companhia é de que a adoção dos novos pronunciamentos mencionados acima não trará efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras da Com-

panhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de Assistência Médica

O custo de planos de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial.

A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para litígios e demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.456	314
Aplicações financeiras	6.258	12.628
TOTAL	<u>7.714</u>	<u>12.942</u>

Em 31 de dezembro de 2012 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento de 100% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

5. Contas a receber de Clientes

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Mercado Interno	14.180	11.102
Mercado Externo	21.927	18.243
(-) Ajuste a Valor Presente	(266)	(320)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(229)	(183)
TOTAL	<u>35.612</u>	<u>28.842</u>

a) a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo no início do exercício	(183)	(454)
Adições	(46)	-
Recuperações/ realizações	-	271
Saldo no final do exercício	<u>(229)</u>	<u>(183)</u>

b) ciclo financeiro:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Duplicatas a vencer até 30 dias	18.134	9.293
Duplicatas a vencer há mais de 30 dias	13.085	17.006
Duplicatas vencidas até 30 dias	2.506	1.210
Duplicatas vencidas há mais de 30 dias	2.382	1.333
Total	<u>36.107</u>	<u>28.842</u>

6. Estoques

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Produtos Acabados	3.663	1.889
Produtos em Elaboração	14.880	13.177
Matéria Prima	1.501	1.430
Materiais Auxiliares	2.462	2.437
Outros Materiais	1.515	1.440
Mercadorias em Consignação	277	363
TOTAL	<u>24.298</u>	<u>20.736</u>

Os estoques estão segurados e sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não foi necessária a constituição de nenhuma provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

7. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
IRPJ, CS, IPI, PIS, COFINS	8.624	7.595
ICMS, PIS, COFINS de Imobilizado	3.388	1.842
	<u>12.012</u>	<u>9.437</u>
Circulante	<u>9.635</u>	<u>7.005</u>
Não Circulante	<u>2.377</u>	<u>2.432</u>

Os créditos serão realizados pela Companhia, através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

8. Imobilizado

a) Movimentação dos Ativos Imobilizados - 2012:

	Terrenos e Edifícios Próprios	Máquinas, Equipamentos e Veículos, Modelos e Moldes	Imobilizados Móveis e Utensílios	Arrendados em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros Imobilizados	Total
Custo:							
Em 31 Dez. 2011	109.243	148.548	4.311	11.679	2.300	2.050	278.131
Adições	2.613	9.295	262	5.752	-	235	18.157
Transferências	6.861	6.757	-	(13.841)	-	223	-
Baixas	(1.964)	(1.047)	(52)	-	-	(22)	(3.085)
Em 31 Dez. 2012	116.753	163.553	4.521	3.590	2.300	2.486	293.203
Depreciação							
Em 31 Dez. 2011	(21.306)	(90.432)	(2.877)	-	(744)	(1.597)	(116.956)
Depreciação	(1.599)	(6.793)	(365)	-	(183)	(232)	(9.172)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	792	36	-	-	61	889
Em 31 Dez. 2012	(22.905)	(96.433)	(3.206)	-	(927)	(1.768)	(125.239)
Valor Contábil							
Em 31 Dez. 2011	87.937	58.116	1.434	11.679	1.556	453	161.175
Em 31 Dez. 2012	93.848	67.120	1.315	3.590	1.373	718	167.964

Foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado, no valor de R\$ 57 milhões em garantia do REFIS.

Em 2010 a Companhia efetuou a avaliação de seus ativos imobilizados pelo custo atribuído através de uma empresa especializada em Avaliações patrimoniais. Para a determinação do custo atribuído os avaliadores independentes seguiram as recomendações da NBR 14.653-1, 14.653-2, 14.653-5 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foram considerados também os critérios propostos pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia. Com base nos procedimentos efetuados, foram determinadas as vidas úteis, as quais foram aplicadas em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 conforme abaixo indicado:

Classe de Imobilizado	Vida Útil Média
Edificações e Benfeitorias	25 anos
Máquinas e Equipamentos	18 anos
Móveis e Utensílios	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	4 anos

9. Intangível

a) Movimentação do Ativo Intangível - 2012:

	Software
Custos:	
Em 31 Dezembro 2011	2.944
Adições	317
Em 31 Dezembro 2012	3.261
Amortização:	
Em 31 Dezembro 2011	(2.421)
Amortização	(225)
Em 31 Dezembro 2012	(2.646)
Em 31 Dezembro 2011	523
Em 31 Dezembro 2012	615

A Companhia utiliza a vida útil definida de 5 anos para os itens de seu ativo intangível.

10. Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos Anuais	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante		30.392	26.318
ACC	6,5%a.a	8.786	11.631
	CDI+0,80 a		
Capital Giro	1,2%a.m.	18.513	14.161
Finimp GCB696/10	U\$+7,40%a.a.	585	419
Finame / BNDES	5,50% a.a.	2.508	107
Não Circulante		16.712	9.904
Capital Giro	CDI+1,2%a.m	9.745	9.288
Finimp GCB 696/10	U\$ + 7,40% a.a.	681	385
Finame / BNDES	5,50% a .a	6.286	231
Total		<u>47.104</u>	<u>36.222</u>
Moeda Nacional		29.941	13.319
Moeda Estrangeira		17.163	22.903

Vencimento dos financiamentos e empréstimos não Circulante:

	<u>31/12/2012</u>
2013	30.392
2014	10.059
2015	4.605
2016	862
2017	825
2018	361
Total	<u>47.104</u>

Os empréstimos bancários da Companhia estão sendo garantidos por avais da Companhia Werner (acionista da Companhia) conforme nota 17.a e penhora de máquinas e equipamentos. Adicionalmente, estes empréstimos não tem cláusulas restritivas (covenants).

11. Provisões para litígios e demandas judiciais

11.a) Contingências

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	<u>31/12/2012</u>	Adições	Baixas	<u>31/12/2011</u>
Trabalhistas	694	392	(76)	378
Tributárias	360	-	-	360
Não Circulante	1.054	392	(76)	738

Trabalhistas

A Companhia é acionada em reclamatórias trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 694 mil em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 378 mil em 31 de dezembro de 2011) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas. Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de R\$ 727 mil, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de êxito da Companhia nestes processos será possível ou provável

11.b) Depósitos Judiciais

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2011
Ações trabalhistas	671	414	(4)	261
	671			261

11.c) Atuarial

A Companhia implantou no final do exercício de 2010, o plano de benefícios pós – emprego para seus empregados e ex-empregados garantindo assistência médica vitalícia a todos que ocuparem cargo de Gerente ou Diretor Executivo, que completarem 65 anos, e aos Conselheiros de Administração que completarem 75 anos, desde que tenha sido empregado, Diretor ou Conselheiro da Administração da ALTONA por 30 anos ininterruptos, uma vez que os mesmos não estabelecem vínculo empregatício com a Companhia. Em 2011 por decisão do Conselho de Administração decidiu-se alterar as regras para a concessão do benefício pós – emprego reduzindo a idade mínima passando de 65 para 55 anos no caso de Gerente ou Diretor Executivo e de 75 para 65 quando Conselheiros de Administração, resultando no incremento das obrigações atuariais.

O registro da provisão foi suportado por um estudo atuarial e a avaliação do plano adotou o método da unidade de crédito projetado, sendo que os ativos e passivos atuariais em 31 de dezembro de 2012 e 2011, podem ser resumidos como segue:

Ativos e Passivos atuariais	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais	1.618	1.804
Valor justo dos ativos do plano	(1.091)	(1.420)
Ganho atuarial não reconhecido	477	598
Custo do serviço passado não reconhecido	(140)	(587)
(Ativo)/Passivo Atuarial Líquido no Final do Exercício	864	395

Reconciliação do valor das obrigações atuariais

1 Valor das obrigações no início do ano	(1.804)	871
2 Custo do serviço corrente	(40)	35
3 Juros sobre a obrigação atuarial	(175)	89
4 Benefício pagos no ano	16	-
5 (Ganho)/Perda atuarial nas obrigações	389	(809)
6 Valor das obrigações no final do ano	(1.618)	1.804

Reconciliação do valor justo dos ativos

1 Valor juros dos ativos no início do ano	1.420	-
2 Rendimento esperado no ano	12	-
3 Contribuições da patrocinadora no ano	142	-
4 Contribuições dos participantes no ano	16	13
5 Benefício pagos no ano	(16)	-
6 Ganho/(Perda) atuarial nos ativos	(483)	1.407
7 Valor justo dos ativos no final do ano	1.091	1.420

• As despesas projetadas para o exercício de 2012 e 2011 são as seguintes:

Componentes da (receita)/despesa projetada	2012	2011
1 Custo do serviço corrente	63	35
2 Juros sobre a obrigação atuarial	160	89
3 Rendimento esperado no ano	(107)	-
4 Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	(21)	-
5 Amortização de Custo de Serviço Passado	26	24
6 (Receita)/Despesa projetada	121	148

Conciliação de ganhos e perdas atuariais

Reconciliação dos (ganhos)/perdas atuariais não reconhecidos		
1 (Ganho)/Perda atuarial líquida não reconhecida no início do ano	598	-
2 (Ganho)/Perda atuarial sobre o valor presente das obrigações	385	809
3 (Ganho)/Perda atuarial sobre o valor do ativo e atualizações	(506)	(1.407)
4 (Ganho)/Perda atuarial líquida não reconhecida no final do ano	477	(598)

• As premissas atuariais utilizadas pela Companhia em 2012 e 2011 são as seguintes:

Premissas Econômicas:	2012	2011
Taxa de desconto para a obrigação Atuarial em 31 de dezembro	4,34% a.a	5,55% a.a
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	9,87% a.a	10,0% a.a
Incremento dos custos médicos em função do avanço da idade	3,00% a.a	3,00% a.a
Índice estimado de aumento dos Benefícios	5,30% a.a	4,00% a.a
Índice de inflação	5,30% a.a	4,00% a.a
Valor do CMM – Custo Médico Médio	1.442	1.200

Premissas Demográficas

Tábua biométrica de mortalidade	AT - 2000	AT - 2000
---------------------------------	-----------	-----------

• As expectativas de pagamentos de benefícios futuros pela Electro Aço Altona projetadas pelo consultor atuarial externo são as seguintes:

	Projeção 2013	Projeção 2012
2012	-	41
2013	56	43
2014	69	69
2015	73	76
2016	78	78
Próximos doze anos	276	276
Total	552	580

12. Patrimônio líquido**a) Capital Social**

O capital social pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é constituído de 2.250 mil ações, sendo 975 mil ordinárias e 1.275 mil preferenciais, escriturais sem valor nominal.

O capital social poderá ser aumentado nos termos do Artigo n.º 168 da Lei 6.404/76, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite máximo de 2.925 mil de ações, podendo emitir até 675 mil ações preferenciais da mesma classe existente.

b) Reservas de lucros**Legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Participação dos administradores

Do lucro que remanescer será atribuído uma participação aos administradores de 10%, calculada na forma prevista nos artigos 153 e 190 da Lei 6.404, a qual somente farão jus se pago o dividendo mínimo obrigatório. Para fins de demonstração financeira, conforme instruído pelo Manual de Contabilidade Societária, este valor já está deduzido do resultado do exercício como “Participações” abaixo da linha do Imposto de Renda.

Lucros a distribuir

O saldo remanescente de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$2.196, foi alocado à reserva de lucros a distribuir. A destinação final de tal valor será decidida em Assembleia de Acionistas a ser realizada em 29 de abril de 2013.

	31/12/2012
Prejuízos acumulados	(7.287)
Lucro líquido do exercício	7.961
Realização da avaliação patrimonial	1.895
Lucros acumulados remanescentes	2.569
Participação dos administradores (10%)	(257)
Base Reserva Legal	2.312
Reserva Legal (5%)	(116)
Lucro líquido a distribuir aos acionistas	2.196
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(549)
Lucro líquido a destinar	1.647

c) Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76.

13. Arrendamento mercantil

A Companhia celebrou contratos de arrendamento mercantil junto ao Banco Safra Leasing S/A, para modernização do setor de usinagem, e o setor de TI (servidor da IBM Storage) cujos saldos a pagar estão abaixo demonstrados:

Contratos	Vencimento	31/12/2012		31/12/2011	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
75.150.920-5	31/03/2013	171	-	687	171
1180259	23/01/2014	114	-	121	112
(-) Ajuste Valor Presente		(9)	-	(81)	(13)
		276	-	727	270

O montante de encargos financeiros apropriados ao resultado é de R\$ 272 mil (R\$ 339 mil em 31 de dezembro de 2011).

14. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições a pagar, apresentam a seguinte composição:

	31/12/2012	31/12/2011
INSS	373	769
FGTS	292	248
Imposto de renda retido na fonte	476	442
Sesi, Senai e outros	105	221
IR e CS a recolher	189	315
	1.435	1.995

Circulante

1.325

Não Circulante

110

243

Dia 17 de setembro foi aprovada pelo Governo Federal a Medida Provisória 563, convertida na Lei 12.715. A Companhia foi enquadrada em algumas modalidades expedida no Plano, tais como: a) desoneração da Folha de Pagamento; b) REINTEGRA.

15. Incentivo Fiscal Estadual – PRODEC

A Companhia obteve, junto ao Estado de Santa Catarina, a concessão do incentivo do Programa de Desenvolvimento Catarinense – PRODEC. Programa criado com o objetivo de fomentar o crescimento da indústria catarinense, conforme extrato do contrato 003/06 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina – 07 de Abril de 2006. Tal incentivo se caracteriza pela concessão à Companhia de um crédito de ICMS, o qual é utilizado à medida que a Companhia apresenta incremento dos valores devedores de ICMS apurados em suas operações. Tal crédito é utilizado abatendo até 60% do acréscimo de imposto apresentado pela Companhia, sendo concedido prazo de 120 meses para fruição do crédito a partir da

concessão.

Os créditos utilizados mensalmente são devolvidos após 48 meses, podendo o prazo total do benefício estender-se a 168 meses. A forma de amortização do benefício é o pagamento do crédito utilizado, acrescido de juros de 4% ao ano e atualização monetária pela UFIR.

Foi concedido à Companhia um crédito total de ICMS de R\$ 47 milhões, sendo liberado na primeira fase o crédito de R\$ 8.500. No exercício de 2008 houve um adendo no contrato inicial referente à liberação monetária da primeira fase, com o incremento de R\$ 6.859, passando o total de crédito liberado para R\$ 15.359, deste montante a Companhia utilizou até o momento R\$ 6.584 mil.

A Companhia utilizou-se do benefício fiscal que, atualizado, perfaz o montante destacado abaixo:

	31/12/2012	Amortizações	Atualizações	31/12/2011
PRODEC	851	(2.946)	375	3.422
	851	(2.946)	375	3.422

O cronograma previsto para as parcelas classificadas no passivo não circulante está abaixo demonstrado:

	31/12/2012
2013	170
2014	396
2016	285
Total	851

A Companhia registra como pagamento da prorrogação concedida no programa, o montante de R\$ 5.965 mil, findos em 31 de dezembro de 2012.

16. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS Federal

Amparada na Lei N.º 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – RE-FIS. A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no Programa, está sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da Companhia (base de pagamento), estima-se que o valor desse passivo deverá ser quitado até meados do ano de 2063. Em garantia do Programa, foram arrolados e penhorados, bens do ativo imobilizado.

Na adesão da Companhia ao Programa, os honorários advocatícios de sucumbência arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporados ao parcelamento à razão de 10%. A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1%. Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no Programa, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06.

A Companhia discute também no âmbito administrativo a inclusão indevida de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição social, não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que para aqueles exercícios a mesma não apresentou lucro tributável. Este tema gera uma diferença entre o valor contabilizado pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 2.003 mil em 31 de dezembro de 2012.

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2012	Amortizações	Atualizações	31/12/2011
REFIS	101.722	(2.460)	3.330	100.852
	101.722	(2.460)	3.330	100.852

17. Partes Relacionadas

As transações comerciais e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre partes relacionadas e remuneração da Administração foram realizadas conforme abaixo.

a) Garantias

Em garantia aos empréstimos bancários da firmados pela Companhia em 2011 e 2012, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos, foram dados máquinas, equipamentos e avais. A Companhia celebrou com a Companhia Werner (acionista da Companhia), a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças, até o limite de R\$ 80 milhões. Em 31 de dezembro de 2012, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pela avalista/fiadora, é de R\$ 54,5 milhões. Para o ano de 2012, a Companhia pagou à avalista/fiadora, a título de remuneração, a importância de R\$ 784 mil (R\$ 1.017 mil em 31 de dezembro de 2011), registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

b) Remuneração da Administração e Conselho Fiscal

A administração da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, sendo um Presidente e quatro Conselheiros, e seus respectivos suplentes e Diretoria Estatutária, sendo, um Diretor Presidente e de Relações com Investidores e um Diretor Administrativo. A Companhia tem instituído o Conselho Fiscal, com três membros com seus respectivos suplentes. Os membros da administração e do Conselho Fiscal fizeram jus à remuneração de R\$ 4.482 mil, e seus respectivos encargos previdenciários de R\$ 889 mil por seus serviços, correspondendo o montante total com encargos de R\$ 5.371 mil para o ano de 2012.

Os Diretores recebem benefícios corporativos adicionais tais como: assistência médica e odontológica, seguro de vida, complementação de benefícios previdenciários (plano de previdência privado), dentre outros. A Companhia não pagou a suas pessoas-chave da administração, remuneração em outras categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios

de rescisão de contrato de trabalho e c) benefícios de pós emprego, exceto o descrito na Nota 11.c.

18. Imposto de Renda e Contribuições Social

a) Impostos diferidos

A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos como abaixo demonstrado:

	31/12/2012	31/12/2011
Crédito tributário ativo		
Diferenças temporárias	935	816
Prejuízo fiscal e base negativa	4.743	6.318
	5.678	7.134
Credito tributário passivo		
Valor justo do ativo imobilizado (deemedcost) - CPC 27	26.911	27.887
	26.911	27.887
Passivo líquido não Circulante	21.233	20.753

i) Imposto de renda diferido sobre adições temporárias e prejuízos fiscais

Os créditos e débitos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, aprovado pela Instrução CVM nº 371/02 e Deliberação CVM nº 599/09 que trata de tributos sobre o lucro.

ii) Prazo estimado de realização

A Administração prevê que os ativos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das contingências, perdas e das obrigações projetadas. Com relação aos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração estima que deverão ser realizados nos próximos quatro anos (vide cronograma abaixo).

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia acumula prejuízos fiscais num total de R\$ 13.476 (R\$ 18.134 em 31/12/2011) e base negativa de contribuição social num total de R\$ 15.259 (R\$ 19.831 em 31/12/2011), os quais geraram os créditos tributários de IR diferido de R\$ 3.369 (R\$ 4.534 em 31/12/2011) e CS diferido de R\$ 1.374 (R\$ 1.784 em 31/12/2011). Tendo por base estudos elaborados pela Administração, foi registrado estes créditos diferidos. Esses estudos encontram-se fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, tendo como base em orçamento e plano de negócios para 2012 e 2013, examinados e aprovados pela Administração da Companhia, em atendimento ao exigido pela Instrução CVM 371.

A expectativa da Administração é de que esses créditos tributários diferidos sejam realizados no seguinte cronograma:

Ano	Estimativa Compensação
2013	1.533
2014	1.500
2015	1.391
2016	319
Total	4.743

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes dos impostos	11.917	12.514
IR/CS a alíquota de 34%	(4.052)	(4.255)
(Exclusões)/adições		
Diferenças permanentes	(96)	235
Outras	-	204
Total	(3.956)	(3.816)

19. Cobertura de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros para valores monetários relevantes em riscos diversos, como: riscos de responsabilidade civil e de lucros cessantes, e demais coberturas como abaixo demonstrado:

Ativos, responsabilidades ou interesses cobertos	Modalidade	Importância Segurada (R\$ mil)	Vigência até
Responsabilidade civil Administradores - D&O	Danos financeiros involuntários causados por administradores	5.000	16/03/2013
Riscos diversos a máquinas e equipamentos portáteis	roubo/quebra de máquinas e equipamentos portáteis	1.395	27/01/2013
Vida Dirigentes	Indeniza morte, acidente ou invalidez dos Dirigentes	2.197	25/10/2013
Vida Coordenadores	Indeniza morte, acidente ou invalidez dos Coordenadores	1.430	04/05/2013
Transporte Internacional Importação	Seguro de Transporte ref. Importação de mercadorias	Conforme valor das NFs/Faturas/ Invs.	01/09/2013

Responsabilidade civil Geral	Indêncios, danos involuntários físicos às pessoas e/ou danos materiais e morais causados a terceiros	13.800	08/08/2013
Instalações fabris, administrativas e centros de distribuição	Danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos	74.000	05/05/2013
Lucro cessantes	Perda de receita decorrente de acidentes	56.882	05/05/2013
Veículos	Roubo, colisão, morte/invalidez de passageiros	600	20/09/2013
Responsabilidade Civil Ambiental	Danos involuntários causados ao meio ambiente	5.000	03/08/2013

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. Instrumentos financeiros

Em atendimento à Deliberação 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 39 e CPC40, e OCPC 03, de 19 de novembro de 2009, que revogou a Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros registrados nas Informações anuais em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, apresentando os seguintes valores contábeis e de mercado:

	Valor Contábil		Valor de Mercado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	7.714	12.942	7.714	12.942
Contas a receber de clientes	35.612	28.842	35.612	28.842
Fornecedores	5.814	7.985	5.814	7.985
Financiamentos e empréstimos	47.104	36.222	47.104	36.222

Os fatores de risco dos instrumentos financeiros basicamente estão relacionados com:

(i) Riscos financeiros

Riscos de moeda estrangeira

Para atenuar riscos cambiais, a Companhia monitora a exposição financeira, procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração.

Riscos de encargos da dívida

Estes riscos são oriundos da possibilidade da Companhia vir incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2012.

(ii) Riscos operacionais

Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto à instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Para atenuar o risco decorrente das operações de vendas, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanham permanentemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito.

21. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2012	31/12/2011
Outras receitas		
Despesas Recuperadas	412	637
Outras Receitas	1.993	518
	2.405	1.155
Outras despesas		
Perda com Operações Comerciais	(197)	(1.017)
Contratos de aval e fiança	(784)	(483)
Outros itens Extraordinários	(3.622)	(345)
	(4.603)	(1.845)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.198)	(690)

A principal movimentação para ano de 2012 na conta outras receitas, foi o reconhecimento do programa REINTEGRA (R\$ 1.530 mil), benefício fiscal para empresas exportadoras. Já no grupo outras despesas, na conta itens extraordinários, está contabilizado o recálculo do crédito presumido de ICMS (R\$ 3.213 mil), benefício do regime especial para empresas que

reciclam materiais.

22. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.380	1.762
Ajustes a valor presente - AVP	1.716	2.191
	3.096	3.953
Despesas financeiras		
Encargos	(4.861)	(4.722)
Juros incorridos - REFIS	(3.451)	(3.259)
Varição cambial passiva	(371)	(1.608)
	(8.683)	(9.589)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(5.587)	(5.636)

23. Informações por segmento e reconciliação da receita líquida

A Companhia atua em apenas um segmento operacional definido como metalúrgico, produzindo e comercializando fundidos de aço. As ferramentas que utilizamos para avaliar o desempenho da única atividade que atuamos tanto para fins operacionais, gerenciais, comerciais ou administrativos são submetidas às seguintes premissas:

- Nossas linhas de produção operam separadamente nas categorias de produtos que fabricamos, a saber, (Repetitivos e Produtos Sob Encomenda); e
- Na planta fabril, há algumas divisões que separam estas categorias nas linhas de produção e outras não, e por isto a administração gerencia o resultado do negócio de forma única.

Informações da receita em:

31/12/2012	Receitas no Mercado		Total	
	Interno	Externo		
Demanda				
Repetitiva	98.334	25.386	123.720	60%
Sob Encomenda	44.178	39.707	83.885	40%
Receita Bruta	142.512	65.093	207.605	100%
Deduções Receita	(21.416)	(2.406)	(23.822)	
Impostos	(18.603)	-	(18.603)	
Devoluções e Abatimentos	(1.342)	(1.638)	(2.980)	
Ajuste Valor Presente- AVP	(1.471)	(768)	(2.239)	
Receita Operacional Líquida	121.096	62.687	183.783	

31/12/2011	Receitas no Mercado		Total	
	Interno	Externo		
Demanda				
Repetitiva	99.500	24.374	123.874	63%
Sob Encomenda	37.439	33.799	71.238	37%
Receita Bruta	136.939	58.173	195.112	100%
Deduções Receita	(21.466)	(1.455)	(22.921)	
Impostos	(16.352)	-	(16.352)	
Devoluções e Abatimentos	(2.926)	(558)	(3.484)	
Ajuste Valor Presente- AVP	(2.188)	(897)	(3.085)	
Receita Operacional Líquida	115.473	56.718	172.191	

Informação da receita líquida - distribuição geográfica:

	Fundidos de Aço -2012 Acumulado			Fundidos de Aço - 2011 Acumulado		
	Repetitivos	Encomenda	Total	Repetitivos	Encomenda	Total
Nacional	85.302	35.795	121.097	84.295	31.178	115.473
América Latina	1.870	12.822	14.692	448	13.464	13.912
América do						
Norte	21.469	19.481	40.950	21.042	10.847	31.889
Europa	89	5.965	6.054	-	8.643	8.643
Ásia	990	-	990	2.274	-	2.274
Total	109.720	74.063	183.783	108.473	64.132	172.191

24. Despesas por natureza

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado pelas principais naturezas:

Custo	31/12/2012		31/12/2011	
Insumos Diretos	(47.024)	35,0%	(52.158)	41,3%
Materiais Indiretos	(8.451)	6,3%	(7.414)	5,9%
Custos com Pessoal	(44.138)	32,9%	(40.610)	32,2%
Serviços de Terceiros	(10.287)	7,7%	(8.396)	6,6%
Outras Despesas	(24.336)	18,1%	(17.648)	14,0%
Total dos custos	(134.236)	100%	(126.226)	100%

Despesas com Vendas	31/12/2012		31/12/2011		Despesas Administrativas	31/12/2012		31/12/2011	
Comissões	(5.363)	46,8%	(4.845)	43,5%	Materiais	(290)	1,6%	(320)	2,0%
Fretes	(1.336)	11,6%	(1.249)	11,2%	Mão de Obra	(5.412)	29,4%	(4.997)	31,2%
Materiais	(48)	0,4%	(43)	0,4%	Locação de Equipamentos	(199)	1,1%	(177)	1,1%
Mão de Obra	(2.392)	20,9%	(2.605)	23,4%	Honorários c/ encargos	(5.371)	29,2%	(5.133)	32,1%
Serviços de Terceiros	(541)	4,7%	(487)	4,4%	Serviços de Terceiros	(3.253)	17,7%	(2.421)	15,2%
Outras Despesas	(1.786)	15,6%	(1.914)	17,1%	Outras Despesas	(3.854)	21,0%	(2.934)	18,4%
Total das despesas	(11.466)	100%	(11.143)	100%	Total das despesas	(18.379)	100%	(15.982)	100%

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Diretoria
Cacídio Girardi – Diretor Presidente e Relação com Investidor - Duncan Roderick MC Kay - Diretor

Contador - Cleber Roberto Pisetta - CRC-SC 025.984/O-7

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo ao que determina o artigo 9º, parágrafo 4º, do Estatuto Social, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da ELECTRO AÇO ALTONA S.A., para apreciação dos relatórios das Contas da Diretoria, expresso pelo Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referente ao período encerrado em 31 de Dezembro de 2012. Após analisados e discutidos todos os pormenores, aprovaram-nos na sua íntegra e manifestaram-se favoravelmente quanto à sua aprovação no dia 20 de Março de 2013.

Membros do Conselho de Administração

Carmen Vetter Werner - Presidenta
Valmir Osni de Espindola - Conselheiro
Eunildo Lazaro Rebelo - Conselheiro
Marco A.S. Cauduro - Conselheiro
Marco A. Werner - Conselheiro

viabilidade de recuperação do ativo fiscal diferido. Com base nos esclarecimentos recebidos da administração e dos auditores independentes, considerando ainda, o relatório sem ressalva emitido por Ernst & Young Terco, emite, por unanimidade, parecer no sentido de que os respectivos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Acionistas, para aprovação.

Parecer do Conselho Fiscal da ELECTRO AÇO ALTONA S/A, aprovado pela Ata de Reunião do Conselho Fiscal de 20 de março de 2013, constando no livro de atas nº 05 folha 07.

Membros do Conselho Fiscal

Luiz Mario Guedes Villar – Presidente
Cidney César de Campos – Conselheiro
João Verner Juenemann – Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da Electro Aço Altona S/A

Examinamos as demonstrações financeiras da Electro Aço Altona S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e

divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Electro Aço Altona S/A em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board IASB.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Blumenau(SC), 20 de março de 2013.

Ernst & Young Terco
Auditores Independentes S.S.
CRC-2-SP 015.199/O-6 F- SC

Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC-1-SP132.776/O-3-T-SC

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2012.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2012.

As políticas da Companhia no que tange à contratação de serviços junto aos seus auditores independentes, não relacionados a serviços de auditoria externa, asseguram que não haja conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. Ademais, todos os serviços contratados não vinculados à prestação de auditoria externa têm acompanhamento por parte da Administração da Companhia.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No uso de suas atribuições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Electro Aço Altona S.A. reuniu-se para a apreciação das demonstrações financeiras de 2012, compreendendo o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, tudo relativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como o estudo técnico de